ENTREVISTA. Darliane Soares explica sobre a papel das ATIs nas ações da reparação Pg 8 e 9.

VOZES do Paraopeba

Minas Gerais - agosto de 2024 | Ano 3 | Edição 33 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita | Aedas

REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL SÓ COM PARTICIPAÇÃO INFORMADA

Coletivos cobram maior presença das pessoas atingidas no acompanhamento do ERSHRE e querem discutir vigilância popular em saúde

Foto: Felipe Cunha

VOZES DA GENTE

Pessoas atingidas falam da importância das ações voltadas para garantia à saúde

pág. 03

PROCESSO JUDICIAL

Relator vota contra o recurso da Vale que tenta limitar atuação das ATIs

pág. 05

FESTEJOS

Comunidades de Brumadinho retomam festas populares para fortalecer vínculos

pág. 10

GIRO DE NOTÍCIAS

AVABRUM lança livro em homenagem às 272 vítimas do rompimento em Brumadinho

pág. 11

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na **Região 1 (Brumadinho)** e **Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas)** da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas

Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral
Diva Braga
Flávia Gondim
Nina de Castro Jorge
Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Gestão Operacional
Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:
Felipe Cunha, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, João Paulo Dias, Diego Cota, Júlia Rohden, Douglas Keesen, Isis de Oliveira

Diagramação:
Aleff Rodrigues, Julia Rocha, Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:
Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares

Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL É UMA PRIORIDADE PARA AS PESSOAS ATINGIDAS

SOCIOAMBIENTAL.
Plano de Reparação precisa contar com a participação das atingidas

Foto: Valmir Macêdo / Aedas

Dentro das prioridades estabelecidas pelo Termo de Compromisso assinado pelas Instituições de Justiça e Assessorias, em julho de 2023, constam os anexos I.1, I.3 e I.4. O Anexo II que versa sobre a Reparação Socioambiental não entrou nas prioridades do Termo.

Apesar de não ser prioridade dentro do Termo de Compromisso, a Reparação Socioambiental é prioridade na vida das pessoas atingidas nos territórios assessorados pela Aedas, pois sua concretização impacta diretamente na saúde, no lazer, na renda e na moradia das/dos atingidos/das. Impacta, ainda, os próprios anexos prioritários, uma vez que o entendimento sobre as condições socioambientais dos territórios pode interferir na execução de projetos priorizados nos anexos I.3 e I.4 ou dos pretendidos dentro do anexo I.1.

> **O rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho trata-se de um desastre-crime estritamente socioambiental**

O rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho trata-se de um desastre-crime estritamente socioambiental, tendo características de Zonas de Sacrifício e Racismo Ambiental, uma vez que a maioria da população da Região 1 e da Região 2, assessoradas pela Aedas, são de pessoas com baixo acesso as esferas de poder e serviços públicos ou privados, empobrecidas e que, refletindo a realidade do povo brasileiro, é racialmente caracterizada com maioria de população negra (as regiões atingidas geralmente apresentam percentual demográfico acima da média nacional para esse marcador). Isso, por si só, demonstra a necessidade de se considerar, para a reparação Socioambiental, critérios de risco adicional e vulnerabilidade social para a construção do Plano de Reparação - o que não vem sendo considerado atualmente, já que não tem havido a participação das pessoas atingidas para pleitear e pautar suas demandas e necessidades específicas.

VOZES DA GENTE

A saúde é um direito social que deve garantir a cada pessoa a possibilidade de alcançar o melhor estado de saúde física e mental. Nesta edição do Vozes da Gente, você encontra depoimentos das pessoas atingidas sobre o processo de reparação à saúde e à qualidade de vida nas Regiões 1 e 2.

POR UMA REPARAÇÃO ABRANGENTE E JUSTA

"Que a reparação para a saúde das populações atingidas seja abrangente e justa. Isso inclui a garantia de acesso a exames periódicos, diagnósticos rápidos e tratamentos que previnam o agravamento de condições de saúde, especialmente para PCDs. Que os recursos sejam aplicados onde realmente são necessários, e que os serviços de saúde ofereçam suporte adequado e acessível a todos.

MAURÍLIO JARDIM
Bairro Jota, Brumadinho

PROJETOS DE SAÚDE INEFICAZES E FALTA DE TRANSPARÊNCIA

"Os projetos para fortalecimento de saúde estão a desejar. Não foi apresentado onde e como foi gasto o dinheiro para a saúde pública. Esses recursos não têm chegado para as pessoas atingidas. O povo não se sente assistido e atendido por essas políticas públicas. Tem que ter mais fiscalização, clareza e apresentações dos projetos para a saúde da população atingida.

LUCIMAR VELOSO,
Colônia Santa Isabel, Betim

DESCASO COM SANEAMENTO BÁSICO

"Não temos acesso adequado à água; a que recebemos é fornecida pela Copasa e não há qualidade. A coleta de lixo acontece duas vezes por semana, mas nem sempre o serviço é realizado. A Vale instalou a tubulação de esgoto, mas o sistema ainda não está funcionando. Além disso, o mato cresce em torno da comunidade e a limpeza urbana é ruim.

REJANE FERNANDES,
Comunidade Pires, Brumadinho

VOZES QUE TRANSFORMAM POLÍTICAS PÚBLICAS

"Vivemos em uma área contaminada e, até hoje, não sabemos quais são os danos específicos à nossa saúde. Estamos lutando para que, em nosso Protocolo da Saúde, os atingidos sejam atendidos de acordo com suas demandas, garantindo que todos tenham acesso a uma saúde digna e aos tratamentos necessários.

TATIANA RODRIGUES,
Vale do Sol, São Joaquim de Bicas

Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.
aedasmg.org/vozesdagente

aedasmg.org | @aedasmg

Fotos: Felipe Cunha /Aedas

19 DE AGOSTO
DIA MUNDIAL DA FOTOGRAFIA

Felipe Cunha

A fotografia desempenha um importante papel ao registrar os povos e suas lutas comunitárias. Ela também captura a biodiversidade, as riquezas socioambientais, as manifestações culturais e os modos de vida dessas comunidades.

Mais do que simplesmente capturar momentos, a fotografia é uma ferramenta para registrar a história e denunciar desastres-crimes, como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, evidenciando os danos causados à natureza e à população.

No mês do dia mundial da fotografia, apresentamos algumas imagens das Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba.

RELATOR VOTA CONTRA O RECURSO DA VALE QUE TENTA LIMITAR ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

PROCESSO JUDICIAL. Faltam votos de dois desembargadores para decisão sobre o caso

Júlia Rohden

Em sessão realizada no dia 08/08, o desembargador André Leite Praça, que é relator do caso, votou favorável às pessoas atingidas e destacou a presença das comunidades no julgamento dos pedidos da Vale, que tentam limitar os recursos e atuação das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), impor sigilo aos resultados da perícia e impedir o uso dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) na indenização pelos danos individuais.

A Procuradora de Justiça, Gisela Saldanha, se manifestou contrária ao recurso da Vale. Na sequência, o Relator votou. O des. Marcus Mendes do Valle pediu vista, ou seja, mais tempo para avaliar o caso e o des. Carlos Henrique Braga disse que se manifestará após o colega. A continuação do julgamento foi marcada para 29/08 no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Do lado de fora do Tribunal, pessoas atingidas junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se manifestavam em defesa do direito à Assessoria Técnica e da transparência dos resultados das perícias.

Foto: Júlia Rohden/Aedas

Em ato organizado pelo MAB, atingidos se manifestaram em frente ao TJMG

COMO FOI O VOTO DO DESEMBARGADOR

CUSTEIO DAS ATI'S

A Vale quer limitar o orçamento das ATIs ao valor de R$ 700 milhões previstos no Acordo, o que impossibilita a atuação no Processo Judicial. O Relator não concorda com a mineradora e indicou que as ATIs atuam tanto nas questões do Acordo, quanto do Processo para garantir a participação e os direitos dos atingidos. Para ele, até março de 2023 os valores para o custeio das atividades das ATIs saíram do Acordo, depois passaram a ser alocados respeitando a divisão entre atividades do Acordo e atividades do Processo Judicial, conforme apresentado nos Planos de Trabalho (PTs) na época. Por fim, ele discordou do percentual dos valores, em 30% e 70%, afirmando que tais valores devem seguir o previsto nos planos apresentados pelas ATIs.

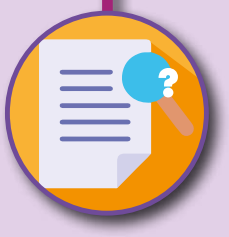
LIMITAÇÃO DOS ERSHRE

A mineradora tenta limitar o uso de tais estudos pelos atingidos. No entanto, Leite Praça avaliou que são essenciais para orientar a reparação dos danos, tanto de natureza coletiva quanto individual, ou seja, sem limitar o escopo dos estudos ao Acordo.

SIGILO DE RESULTADOS DE PERÍCIAS REALIZADAS PELA UFMG

A Vale não quer a divulgação dos estudos para os atingidos, nem para a sociedade em geral. Todavia, o Relator entendeu que a divulgação tem relevância social, considerando a gravidade e amplitude dos danos causados pelo rompimento.

Foto: Júlia Rohden/Aedas



VOZES do Paraopeba Minas Gerais - agosto de 2024 | Ano 3 | Edição 33 | distribuição gratuita

COLETIVOS DE SAÚDE E REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL SÃO PILARES DA PARTICIPAÇÃO INFORMADA E LUTA POR DIREITOS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Foto: Kalahan Battiston/Aedas

PARTIICPAÇÃO.
Nova fase dos grupos inclui "vigilância popular em saúde" nas discussões

Lucas Jerônimo

Surgidos em meados de 2022, os coletivos de saúde e reparação socioambiental tiveram, inicialmente, a criação de dois grupos: um de acompanhamento das pautas da saúde e o outro dos assuntos da reparação socioambiental.

Recentemente, a partir de alterações no plano de trabalho da Assessoria Técnica Independente, optou-se por juntar esses coletivos, formados por lideranças comunitárias, em um coletivo por região.

A pauta principal do debate dos coletivos são os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e a Recuperação Socioambiental – Anexo II –, prevista no Acordo Judicial de Reparação.

Em 9 de julho, os coletivos retomaram suas atividades para o aprofundamento de temas que são fundamentais para o processo de reparação. O objetivo é também qualificar as lideranças, os agentes multiplicadores para a participação informada.

No dia 27 do mês passado, o coletivo da Região 2 participou de uma Oficina sobre Vigilância Popular em Saúde, realizada no escritório da Aedas, em Betim. Essa foi a primeira reunião presencial do grupo após quase um ano.

Na ocasião, foram trabalhados os conceitos, com as contribuições das lideranças atingidas no debate. Um dos objetivos é que os coletivos sejam auto-organizados para que possam seguir acontecendo, mesmo quando o acompanhamento da ATI for encerrado no território.

PARTICIPAÇÃO INFORMADA

De acordo com Kleiton da Silva, os espaços participativos fundamentam as disputas por direitos. "Os coletivos acontecem para subsidiar com informações de qualidade, de forma mais assertiva, a luta dos atingidos, entendendo o que está em jogo, e estar acompanhando com maior propriedade esse tema, que é um tema importante. Então é bom que a gente esteja atento em grupo", afirma.

Outro tema de reflexão pelos coletivos são os pontos de atenção que aparecem nas reuniões mensais da Aecom, empresa que audita esses estudos relacionados à saúde, à reparação que são financiados pela Vale, como explica Kleiton Silva.

"A Aedas tem uma cadeira como ouvinte nessa reunião [da Aecom], e aí o que a gente faz é que mensalmente a gente ouve a reunião, seleciona os pontos de atenção principais dentro da dos projetos que são apresentados ali pela auditoria e faz a publicação de uma matéria no site da Aedas e, na reunião do coletivo, fazemos a discussão qualificada", diz Silva.

Lideranças atingidas da Região 2 participam de oficina de Vigilância Popular em Saúde

> **Os coletivos acontecem para subsidiar com informações de qualidade**

O POVO DE OLHO

Para a retomada dos coletivos neste ano, pelas diretrizes do novo plano de trabalho da ATI, o tema "vigilância popular em saúde" foi inserido nos coletivos com a apresentação de conceitos, já que o objetivo é que as pessoas atingidas tenham maior autonomia em relação às pautas.

Da comunidade Vale do Sol, em São Joaquim de Bicas, Maria Santana Alves, fala sobre a importância do recomeço dos coletivos. "É importantíssimo esse passo, essa volta desse coletivo, da gente voltar a discutir esse assunto, é muito importante. Esse é um assunto que não pode parar, mesmo porque ainda não foi reparado, né?! Ainda está iniciando essa reparação, mas é só um iniciozinho mínimo do mínimo. Ainda há muito que se discutir", avalia a liderança.

Um exemplo da relevância da participação popular é que, recentemente aconteceu uma consulta pública sobre o protocolo de saúde, que é o documento que irá orientar os profissionais de saúde dentro das unidades básicas de saúde em Brumadinho, e as discussões do coletivo ajudaram a melhorar o alcance da consulta no que diz respeito às necessidades reais das pessoas atingidas.

Ainda segundo Kleiton Silva, da Aedas, a intenção é que os encontros dos coletivos de saúde e reparação ambiental aconteçam, pelo menos, a cada dois meses. A previsão é de cinco reuniões, de julho a novembro deste ano, nos formatos presencial e virtual.

No site aedas.org.br, é possível acessar os registros sobre o tema até aqui e acompanhar as coberturas dos próximos encontros dos coletivos de saúde e reparação socioambiental.

> **O objetivo é também qualificar as lideranças, para a participação informada**

Fotos: Felipe Cunha

Ciranda da Aedas aborda os temas da Reparação durante reunião dos coletivos

ASSESSORIA TÉCNICA É DIREITO DE PESSOAS ATINGIDAS GARANTIDO EM LEI FEDERAL E ESTADUAL

ENTREVISTA. Darliane Soares, da equipe de Estratégias Jurídicas da Reparação, explica o papel das ATIs no Acordo e no processo judicial

Foto: Wagner Túlio Paulino /Aedas

Darliane Soares é assessora técnica da equipe de Estratégias Jurídicas da Reparação da Aedas

Júlia Rohden

As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) são uma conquista das pessoas atingidas e estão garantidas tanto na legislação federal pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), quanto na mineira pela Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB). No entanto, esse direito é alvo de constantes disputas judiciais que tentam restringir a atuação e atividades das ATIs.

O que significa dizer que a Assessoria Técnica Independente (ATI) é um direito das pessoas atingidas e onde tal direito está previsto?

Darliane Soares: O direito à ATI foi conquistado pelas pessoas atingidas por desastres de grandes impactos, a mineração é um exemplo. Através da luta coletiva das pessoas atingidas e dos movimentos sociais foi possível conquistar esse direito que coloca em pé de igualdade as pessoas atingidas e as empresas nos processos judiciais.

A luta popular resultou na criação de leis específicas, sendo elas a Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB) e, aqui em Minas Gerais, a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB).

> **A luta popular resultou na criação de leis específicas, a PNAB e a PEAB**

Na prática, o acesso ao direito à ATI significa que as pessoas atingidas terão auxílio técnico de uma equipe multidisciplinar com profissionais de diversas áreas para a defesa de seus direitos e para dar informações, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, sobre o processo de reparação integral. Assim, elas escolhem as ATIs para ter igualdade técnica e informacional na disputa com as empresas pela reparação de forma integral dos danos causados pelos impactos dos empreendimentos ou pelos desastres que venham a causar, sejam coletivos, difusos ou individuais homogêneos.

O rompimento da barragem implicou uma série de violações de direitos que estão em disputa na Justiça. Qual a diferença entre o que está previsto no Acordo e o Processo Judicial? O direito à ATI está garantido nos dois casos?

DS: A diferenciação é que o Acordo foi feito para reparar os danos coletivos e difusos nas regiões atingidas ao longo da Bacia através dos anexos que as comunidades atingidas vêm acompanhando.

Já o processo judicial é para tratar da indenização dos danos individuais e individuais homogêneos, bem como acompanhamento da perícia judicial; acompanhamento das atividades dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e acompanhamento das demandas emergenciais como fornecimento de água e alimentação animal.

O direito à ATI está garantido tanto no Acordo, quanto no processo em andamento. A assessoria técnica está assegurada na legislação federal (PNAB)

e na legislação estadual (PEAB), sendo efetivada no caso do Paraopeba. O Acordo prevê a implementação e a execução da Assessoria Técnica em prol das comunidades atingidas. E, cabe destacar que houve reconhecimento desse direito em audiência judicial realizada no dia 20 de fevereiro de 2019 com participação das Instituições de Justiça, Estado de Minas Gerais e a Vale força de decisão judicial, também foi assegurado o direito à assessoria no âmbito do processo judicial.

“É imprescindível que as ATIs possam assessorar as pessoas atingidas na esfera da liquidação de danos

Foto: Felipe Cunha /Aedas

Assessorias Técnicas foram escolhidas pelas comunidades e começaram a atuar no Paraopeba em 2020

Há tentativas da Vale para que as Assessorias atuem apenas no que diz respeito ao Acordo, mas não tenham orçamento para atuar em questões processuais. Qual a importância da atuação das ATIs não ser restrita ao Acordo?

DS: A importância das ATIs realizarem o acompanhamento processual reside no fato de que o processo judicial é o caminho pelo qual ocorrerá a reparação e a indenização dos danos individuais. Além disso, também têm como objeto as medidas reparatórias emergenciais, por exemplo, o fornecimento de água, alimentação animal, entre outras. Outro ponto tratado no processo judicial é o acompanhamento do estudo pericial atribuído à UFMG que tem o objetivo de caracterizar e dimensionar os danos causados pelo rompimento da barragem.

A Ação Civil Pública que foi ajuizada pelas Instituições de Justiça avança para a fase de liquidação coletiva. A etapa atual tem como objetivo a definição dos parâmetros da reparação individual por meio da atuação de uma perícia judicial e com participação direta das atingidas. Assim, a liquidação coletiva terá, entre outras, a seguinte finalidade: definir as categorias de danos, definir os grupos de pessoas atingidas, definir os parâmetros para valoração dos danos, a extensão e intensidade desses danos, além de definir as formas mínimas de comprovação dos danos sofridos, inclusive com complementação nos municípios que ainda não foram analisados pelo trabalho em andamento por alguns projetos do CTC/UFMG.

Portanto, consideramos que é imprescindível que as ATIs possam assessorar as pessoas atingidas conforme Plano de Trabalho do processo já elaborado e na esfera da liquidação de danos para assegurar a paridade de armas e a participação informada.

Qual o papel das comunidades atingidas na defesa do direito às assessorias?

DS: As comunidades atingidas desempenham um papel fundamental, porque sabem que terão o suporte técnico, jurídico e científico e qualificado, capacitando-as para participar e acompanhar ativamente os processos de reparação.

Através das comissões de atingidos, reivindicam seus direitos e garantem a participação nas decisões sobre as ações de reparação. As comissões sempre foram fundamentais para a articulação das demandas coletivas e para pressionar pela garantia do direito. As pessoas atingidas e os movimentos sociais organizaram e participaram de manifestações, entregas de documentos, audiências públicas, reuniões com as Instituições de Justiça para chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para a importância das assessorias na garantia da reparação integral.

FESTIVIDADES EM BRUMADINHO BUSCAM FORTALECER OS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS

CULTURA. Atividades culturais no Tejuco, Parque da Cachoeira e Córrego do Feijão destacam a resistência aos danos provocados pelo rompimento

Diego Cota e Felipe Cunha

Comunidades da Zona Quente realizaram, nas duas primeiras semanas de agosto, festividades que visam fortalecer os laços comunitários no território atingido, que há mais de cinco anos convive diariamente com os danos provocados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. O Parque da Cachoeira e Tejuco receberam a 2ª Cavalgada do Parque da Cachoeira, no domingo 04/08, e o Córrego do Feijão voltou a realizar a tradicional Festa do Feijão pela primeira vez após o rompimento, no sábado 10/08.

> **Foi uma festa organizada com muito amor para trazer entretenimento à nossa comunidade**

A cavalgada, promovida pela Associação Comunitária dos Bairros Parque do Lago, Parque da Cachoeira e Alberto Flores (Acopapa), reuniu mais de mil pessoas de Brumadinho e região. Ela teve início na Praça da Matriz, no Tejuco, e terminou em uma festa na sede da Acopapa. A Festa do Feijão, por sua vez, aconteceu na Praça 25 de Janeiro. De acordo com a Associação dos Moradores do Córrego do Feijão, que promoveu a festividade, mais de duas mil pessoas passaram pelo evento na noite de sábado.

Cavalgada uniu comunidades de Brumadinho

Participaram mais de oito comitivas de cavaleiros e amazonas e pessoas atingidas de comunidades de Brumadinho e dos municípios de Mário Campos, Igarapé, Sarzedo, Belo Horizonte, Contagem e de São Paulo. Segundo a organização, o evento teve como objetivo promover a união e impulsionar a geração de renda e o turismo na região.

Vanessa Cristiane, presidenta da Acopapa, explicou que a 2ª Cavalgada do Parque da Cachoeira "foi uma festa organizada com muito amor para trazer entretenimento à nossa comunidade, que vem passando por várias mudanças e impactos após o rompimento. Trazer esses momentos de cultura e lazer, depois de tanto tempo sem poder realizar eventos de cultura local, foi muito importante".

Foto: Felipe Cunha /Aedas

Comitivas de cavaleiros e amazonas seguem do Tejuco ao Parque da Cachoeira

Festa do Feijão teve sua primeira edição após 2018

Barracas com comidas típicas da festa, como o caldo e o bolinho de feijão, e as atrações musicais movimentaram a noite do sábado. Entre as artistas, esteve a cantora Laura Ribeiro, de 16 anos, moradora do Córrego do Feijão, responsável por abrir a noite de shows. A última edição havia sido realizada em 2018, ano anterior ao rompimento.

Os organizadores destacaram que a comunidade resiste frente aos processos que têm enfrentado nos últimos anos, como apontou o membro da Associação dos Moradores, Fabiano de Oliveira. "O Córrego do Feijão está vivo! É para mostrar que a comunidade, apesar de tudo que aconteceu aqui, ainda está de pé e tem pessoas do bem. Isso é o que mais importa", disse.

Foto: Douglas Keesen /Aedas

Festa do Feijão contou com variedade de sabores e atrações musicais

giro de notícias

AVABRUM – 272 Vidas Presentes!

Foto: Reprodução

A AVABRUM (Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão-Brumadinho) e o Projeto Legado de Brumadinho lançam, no dia 27 de agosto, o livro "AVABRUM – 272 Vidas Presentes". O evento ocorrerá às 18h30 no Teatro Municipal de Brumadinho. Como parte da programação, haverá uma palestra do escritor e jornalista Fabrício Carpinejar, que abordará temas de seu livro "Manual do Luto". A palestra terá início às 20h10 e será seguida de uma sessão de perguntas e interação com o público. A cerimônia também terá transmissão online nos Canais do Youtube da AVABRUM e do projeto Legado de Brumadinho.

Foto: Reprodução

2º Encontro de Mulheres Atingidas

As mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho realizam, no próximo dia 14 de setembro, o II Encontro das Mulheres em Defesa da Vida. A atividade será em Belo Horizonte e contará com a presença de mulheres dos territórios atingidos da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias, das Instituições de justiça e de parceiros. Nesse encontro serão discutidos os temas da reparação integral para a população atingida e políticas públicas para as mulheres. A iniciativa é organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Formação em Direitos

Foto: Diego Cota / Aedas

No próximo dia 31 de agosto a Aedas realiza o espaço de Formação em Direitos nas regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba. A formação tem como objetivo subsidiar as pessoas atingidas no conhecimento de seus direitos, a partir de documentos oficiais e instrumentos nacionais e internacionais sobre os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Os temas da PEAB/ PNAB e acesso à justiça também farão parte das discussões. Essa formação visa fortalecer a participação e a liderança das pessoas atingidas no processo decisório, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em todo o processo de luta pela reparação.

Dia Internacional dos Povos Indígenas

Foto: Felipe Cunha / Aedas

No dia 9 de agosto é comemorado o Dia Internacional dos Povos Indígenas. A data foi estabelecida no ano de 1994 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem como objetivo conscientizar sobre os direitos e reafirmar as garantias previstas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho atingiu fortemente os Povos Indígenas ao longo da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias e eles também estão em luta pela reparação integral dos danos sofridos.

Fonte: Luana Farias/Aedas